

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

N.º CPI/1/2022

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE COLOCAÇÃO E DIFUSÃO, EM DIVERSOS SUPORTES, DE PEÇAS
PUBLICITÁRIAS DA CAMPANHA SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL
(SERVIÇOS DE *MEDIA PLANNING*)

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1.^a – Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do procedimento de concurso público internacional, que tem por objeto a aquisição de serviços de colocação e difusão, em diversos suportes, das peças publicitárias da campanha sobre o *Ensino Profissional* (serviços de *media planning*), no âmbito do projeto financiado pelo POCH, com o número POCH-05-6177-FSE-000010.

Cláusula 2.^a – Disposições por que se rege o Contrato

1. A execução do Contrato obedece:

a) às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;

b) ao Código dos Contratos Públicos (doravante CCP);

c) ao Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016;

d) à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, na sua atual redação;

e) à restante legislação e regulamentação aplicável.

2. Para efeitos do disposto na alínea *a)* do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

a) o clausulado contratual e seus anexos, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela ADJUDICATÁRIA nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

b) os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pela concorrente, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela ENTIDADE ADJUDICANTE;

c) os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento que a ENTIDADE ADJUDICANTE venha a prestar nos termos do artigo 50.º do CCP;

d) o presente Caderno de Encargos;

e) a proposta adjudicada;

f) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela ADJUDICATÁRIA;

g) todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 3.^a – Interpretação dos documentos que regem o Contrato

1. Em caso de divergência entre os vários documentos referidos nas alíneas *b)* a *g)* do n.º 2 da Cláusula anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas *b)* a *g)* do n.º 2 da Cláusula anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela ADJUDICATÁRIA nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.^a – Preço base

1. O preço base, para efeitos do presente procedimento, é de € 243.905,00 (duzentos e quarenta e três mil e novecentos e cinco euros), correspondendo ao valor máximo que a ENTIDADE ADJUDICANTE se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2. O preço base mencionado no número anterior foi determinado através de uma consulta informal ao mercado.

Cláusula 5.^a – Prazo

Todos os serviços objeto do Contrato deverão estar concluídos pela ADJUDICATÁRIA até 31 de dezembro de 2022, sem prejuízo do cronograma de execução previsto no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6.^a – Local da prestação dos serviços

1. Atendendo à natureza dos serviços a prestar, não será definido um local para a execução do contrato.

2. Não obstante o referido no número anterior, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a realizar as deslocações que se revelem necessárias à completa execução dos serviços objeto do presente Caderno de Encargos, suportando os respetivos custos, designadamente as deslocações à sede da ENTIDADE ADJUDICANTE, sita em Avenida 24 de Julho, n.º 138, 1399-026 Lisboa, para a realização das reuniões que se revelem necessárias.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

SECÇÃO I – Disposições gerais

Cláusula 7.ª – Obrigações principais da ADJUDICATÁRIA

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para a ADJUDICATÁRIA as seguintes obrigações principais:

a) Elaborar e desenvolver 1 (um) *plano de media*, destinado à implementação da campanha publicitária objeto do Contrato, incluindo os respetivos calendários e cronogramas de implementação da campanha e proposta de meios;

b) Assegurar a colocação e difusão, em diversos suportes, das peças publicitárias da campanha sobre o *Ensino Profissional*, de acordo com os requisitos e especificações previstas no presente Caderno de Encargos, e em conformidade com o disposto na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto;

c) Designar 1 (um) interlocutor responsável pela execução do Contrato;

d) Comparecer nas reuniões para que seja convocada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, para acompanhamento da realização dos serviços, desde que agendadas com a necessária antecedência;

e) Atuar sempre de acordo com as normas legais e contratuais e em consonância com a ENTIDADE ADJUDICANTE;

f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da ENTIDADE ADJUDICANTE;

g) Prestar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

2. A título acessório, a ADJUDICATÁRIA fica ainda obrigada a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. A ADJUDICATÁRIA é responsável por todos os danos causados a terceiros ou à ENTIDADE ADJUDICANTE durante a execução da prestação de serviços.

4. Caso a ENTIDADE ADJUDICANTE seja demandada e/ou sancionada em virtude de danos causados a terceiros, a ADJUDICATÁRIA é obrigada a reembolsar a ENTIDADE ADJUDICANTE de todos os valores que a mesma tenha que suportar e das despesas que venha a incorrer.

Cláusula 8.ª – Proteção de dados pessoais

1. Os dados pessoais a que a ADJUDICATÁRIA tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da ENTIDADE ADJUDICANTE.

2. A ADJUDICATÁRIA compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

3. No caso em que a ADJUDICATÁRIA seja autorizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, a mesma será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, obrigando-se a garantir que as empresas subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a ADJUDICATÁRIA celebre com outras entidades por si subcontratadas.

4. A ADJUDICATÁRIA obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso durante a execução do Contrato, ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato;

b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;

d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a ENTIDADE ADJUDICANTE esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da ENTIDADE ADJUDICANTE contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

f) Prestar à ENTIDADE ADJUDICANTE toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do contrato e manter a ENTIDADE ADJUDICANTE informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que

possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente a esta matéria.

5. A ADJUDICATÁRIA será responsável por qualquer prejuízo em que a ENTIDADE ADJUDICANTE venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à ADJUDICATÁRIA, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a ADJUDICATÁRIA e o referido colaborador.

Cláusula 9.^a – Direitos de propriedade intelectual e industrial

1. A ADJUDICATÁRIA deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à prestação dos serviços objeto do Contrato.

2. A ADJUDICATÁRIA obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução do Contrato.

3. A titularidade do direito de propriedade intelectual sobre a campanha publicitária objeto do Contrato a celebrar pertence à ENTIDADE ADJUDICANTE, não podendo o seu conteúdo ser utilizado pela ADJUDICATÁRIA sem a sua expressa autorização.

Cláusula 10.^a – Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade da ADJUDICATÁRIA quaisquer encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a ENTIDADE ADJUDICANTE venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a ADJUDICATÁRIA deve indemnizá-la de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 11.^a – Documentação

1. Toda a documentação produzida pela ADJUDICATÁRIA deve ser escrita em português, só podendo sê-lo noutro idioma quando a ENTIDADE ADJUDICANTE expressamente o autorizar.

2. A documentação produzida ao abrigo do contrato será propriedade da ENTIDADE ADJUDICANTE.

3. Toda a documentação deverá ser entregue em formato eletrónico, desprotegida para leitura e escrita e compatível com ferramentas de produtividade comuns.

Cláusula 12.^a – Dever de sigilo e confidencialidade

1. A ADJUDICATÁRIA compromete-se a não divulgar, durante e após a execução do Contrato, quaisquer informações que obtenha no seu âmbito.

2. A documentação e informação cobertas pelo dever de sigilo e confidencialidade não podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.

3. A ADJUDICATÁRIA só pode divulgar informações referidas no número anterior mediante autorização prévia e expressa da ENTIDADE ADJUDICANTE.

4. Consideram-se informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, aquelas a que a ADJUDICATÁRIA tenha acesso no âmbito da execução do Contrato.

5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável às entidades subcontratadas pela ADJUDICATÁRIA e aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na execução do Contrato.

6. Exclui-se do âmbito dos números anteriores toda a informação gerada durante a execução do presente Contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que sejam do conhecimento público ou que a ADJUDICATÁRIA seja obrigada a revelar por força de disposição legal, de decisão judicial ou administrativa.

Cláusula 13.^a – Caução

1. A ADJUDICATÁRIA deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, para assegurar o cumprimento pontual das suas obrigações.

2. Se o preço constante da proposta da ADJUDICATÁRIA for qualificado como um preço anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pela ADJUDICATÁRIA é de 10% (dez por cento) do preço contratual.

Cláusula 14.^a – Serviços de colocação e difusão das peças publicitárias da campanha do Ensino Profissional

1. Os serviços de colocação e difusão, em vários suportes, das peças publicitárias da campanha do *Ensino Profissional* objeto do Contrato devem respeitar, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

- a) divulgação nos 3 (três) canais televisivos nacionais de sinal aberto e de grande audiência para o público-alvo da campanha objeto do Contrato (TV) – *spot* de 20 segundos;
- b) divulgação em rádios de âmbito nacional e regional – *spot* de 20 segundos;
- c) divulgação na imprensa nacional e regional, em meios de maior audiência para os públicos-alvo da campanha objeto do Contrato;
- d) divulgação na internet em sítios de grande audiência - com possibilidade de inserção de anúncios nos diferentes formatos dos diferentes sítios da internet;
- e) inserção de publicidade nas *redes sociais*, direcionada para o público-alvo privilegiado - segmentação do seguinte grupo-alvo: nível académico – 3.º ciclo do nível básico (9.º ano); localização - Portugal Continental; faixa etária – dos 13 aos 16 anos);
- f) inserção de publicidade na rede de *mupis* e ATM (OOH = *out-of-home advertisement*) a nível nacional.

2. A campanha publicitária, a realizar através dos meios e suportes previstos nas alíneas anteriores, deverá observar as especificações constantes do **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.

3. A campanha publicitária deverá ser difundida por um período mínimo de 21 (vinte e um) dias seguidos em pelo menos um dos seguintes meios: TV, Rádio ou Imprensa.

4. A aquisição dos espaços publicitários pela ADJUDICATÁRIA para efeitos da colocação e difusão da campanha objeto do Contrato deverá ser comunicada à ENTIDADE ADJUDICANTE, no prazo máximo de 5 dias após a sua contratação, através do envio de cópia da respetiva documentação de suporte.

5. A colocação e difusão da campanha publicitária objeto do Contrato através dos meios e suportes previstos no número 1 da presente Cláusula deverá respeitar o disposto nos artigos 5.º, 6.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 15.^a – Objetivos Específicos da Campanha e Público-alvo

Os serviços objeto do Contrato deverão ser executados por forma a assegurar o cumprimento dos objetivos específicos definidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE e devem ser direcionados ao Público-alvo específico, nos termos definidos no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 16.^a – Acompanhamento da execução dos serviços

A ENTIDADE ADJUDICANTE, enquanto *entidade promotora* da campanha publicitária objeto do Contrato, reserva-se no direito de acompanhar a execução dos contratos celebrados pela ADJUDICATÁRIA para efeitos da colocação difusão das peças publicitárias, nomeadamente no que respeita às relações de subcontratação e à aquisição de espaços publicitários através de agências de publicidade, com vista a assegurar níveis elevados de eficiência da aquisição publicitária e a recolha de elementos para os seus relatórios de atividades, bem como assegurar o estrito cumprimento das normas relativas à contratação de serviços de colocação de publicidade.

SECÇÃO II – Fases de execução da prestação de serviços

Cláusula 17.^a – Cronograma de execução

A ADJUDICATÁRIA obriga-se a executar os serviços objeto do Contrato em conformidade com a calendarização prevista na cláusula seguinte.

Cláusula 18.^a – Fases de execução

1. A prestação de serviços compreende as seguintes fases de execução:

a) Fase 1 – Elaboração e entrega do *plano de media* detalhado e dos elementos necessários para a sua concretização, em conformidade com as especificações constantes do presente Caderno de Encargos;

b) Fase 2- Implementação da campanha publicitária objeto do Contrato, através da colocação e difusão, em diversos suportes e meios, das peças publicitárias da

campanha sobre o *Ensino Profissional*, em conformidade com o *plano de media* e prazos aprovados pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

Após a conclusão da campanha, o adjudicatário deverá elaborar um Relatório de Execução, podendo o mesmo ser entregue no prazo máximo de 30 dias após a conclusão da campanha.

2. Cada uma das fases só poderá ser iniciada depois de concluída a fase anterior.

Cláusula 19.^a – Fase 1

1. Durante a Fase 1, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a elaborar e desenvolver 1 (um) *plano de media* (plano de meios), o qual deverá especificar todos os meios propostos para a colocação e difusão das peças publicitárias objeto do Contrato, que deverá ser acompanhado pelos respetivos calendários e cronogramas de implementação da campanha;

2. A ADJUDICATÁRIA obriga-se a concluir a Fase 1 no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de celebração do contrato.

3. A Fase 1 considera-se concluída após a aprovação, por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE, do *plano de media* (plano de meios) proposto pela ADJUDICATÁRIA.

Cláusula 20.^a – Fase 2

1. Durante a Fase 2, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a desenvolver todas as atividades necessárias à implementação e difusão da campanha publicitária objeto do Contrato, mediante a colocação, em diversos suportes, das peças publicitárias sobre o *Ensino Profissional*, de acordo com os requisitos e especificações constantes na Cláusula 14.^a do presente Caderno de Encargos, e de acordo com o *plano de media* aprovado.

3. A Fase 2 considera-se concluída após a execução integral do *plano de media* referido no número 1 da presente Cláusula, e após entrega do relatório final de execução, discriminando todas as atividades realizadas em cada fase de execução do contrato.

4. Durante a Fase 2, a Adjudicatária obriga-se ainda a apresentar à Entidade ADJUDICANTE um relatório (mapa) que identifique, por cada meio/suporte publicitário utilizado e entidade detentora do mesmo, o montante investido na promoção da campanha publicitária objeto do Contrato, para posterior registo junto da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 95/2015, de 17 agosto.

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 22.^a – Preço contratual

1. Pelo cumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, bem como das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve a ENTIDADE ADJUDICANTE pagar à ADJUDICATÁRIA o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ENTIDADE ADJUDICANTE, designadamente, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.

3. Não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 23.^a – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela ENTIDADE ADJUDICANTE das faturas.

2. As faturas serão emitidas pela ADJUDICATÁRIA com a seguinte periodicidade e valor:

a) Primeira prestação: correspondente a 30 % do preço contratual, após a conclusão da Fase 1;

b) Segunda prestação: correspondente a 70% do preço contratual, após a conclusão da Fase 2.

3. Se a ENTIDADE ADJUDICANTE discordar dos valores indicados nas faturas deve comunicar à ADJUDICATÁRIA, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a ADJUDICATÁRIA obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 2, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO IV – CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Cláusula 24.^a – Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a ENTIDADE ADJUDICANTE pode aplicar à ADJUDICATÁRIA as seguintes sanções contratuais:

- a)* Pelo atraso na execução ou realização de quaisquer tarefas/atividades em qualquer das fases de execução do Contrato, uma sanção de 1% do preço a pagar na fase correspondente, por cada dia de atraso;
- b)* Pelo incumprimento de outras obrigações estabelecidas no presente Caderno de Encargos, uma sanção de 0,5% do preço a pagar na fase correspondente, por cada situação de incumprimento por parte da ADJUDICATÁRIA;

2. O pagamento do valor resultante da aplicação de sanções previstas no número anterior é efetuado por dedução, pela ENTIDADE ADJUDICANTE, do respetivo montante ao valor da fatura seguinte ao período a que se deu o facto que originou a sua aplicação.

3. As sanções pecuniárias previstas não obstam a que a ENTIDADE ADJUDICANTE exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 25.^a – Execução da caução

1. A caução prestada pela ADJUDICATÁRIA pode ser executada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pela ADJUDICATÁRIA das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na lei.

2. A execução parcial ou total de caução prestada pela ADJUDICATÁRIA implica a renovação do respetivo valor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a notificação pela ENTIDADE ADJUDICANTE para esse efeito.

3. A resolução do Contrato pela ENTIDADE ADJUDICANTE não prejudica a execução das cauções.

Cláusula 26.^a – Desconto de prestações devidas

A ENTIDADE ADJUDICANTE reserva-se o direito de, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, descontar no preço da prestação de serviços as quantias devidas pela ADJUDICATÁRIA em virtude do incumprimento de obrigações contratuais ou legais no âmbito da execução da prestação de serviços, incluindo o valor de sanções contratuais.

Cláusula 27.^a – Resolução do contrato

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a ENTIDADE ADJUDICANTE pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a ADJUDICATÁRIA violar de forma grave ou reiterada qualquer obrigação contratual ou legal.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à ADJUDICATÁRIA e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela ENTIDADE ADJUDICANTE.

3. A ADJUDICATÁRIA pode resolver o contrato nos termos do n.º 1 do artigo 332.º do CCP.

Cláusula 28.^a – Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se caso fortuito ou de força maior o facto praticado por terceiro pelo qual a parte não seja responsável, direta ou indiretamente, ou cuja verificação a parte não tenha comprovadamente contribuído nem pudesse evitar, bem como qualquer facto natural, situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, como sejam, entre outros:

- a) atos de guerra ou de terrorismo;
- b) embargos ou bloqueios internacionais;
- c) catástrofes naturais que afetem as instalações ou a capacidade produtiva das partes;
- d) greves gerais ou setoriais que impliquem quebra total da capacidade produtiva das partes;
- e) epidemia, doença grave ou falecimento de meios humanos afetos à execução do Contrato;

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da ADJUDICATÁRIA ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

b) determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela ADJUDICATÁRIA de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;

c) incêndios ou inundações com origem nas instalações da ADJUDICATÁRIA cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

d) avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da ADJUDICATÁRIA não devidas a sabotagem;

e) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. A ADJUDICATÁRIA deve, no prazo máximo de 1 (um) dia a contar do conhecimento da ocorrência, notificar a ENTIDADE ADJUDICANTE da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do Contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a veracidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do Contrato.

6. Se a ADJUDICATÁRIA não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.

7. O incumprimento por parte da ADJUDICATÁRIA do disposto nos números 4 e 5 implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa, não podendo invocar os direitos previstos no número 1.

8. Os prazos de cumprimento das obrigações que, no momento em que ocorreu o caso fortuito ou de força maior, se encontravam em curso devem ser prorrogados pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de caso fortuito ou de força maior.

Cláusula 29.^a - Atos imputáveis a terceiros

Sempre que a ADJUDICATÁRIA seja impedida de cumprir qualquer das obrigações decorrentes do Contrato, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deve, no prazo máximo de 1 (um) dia a contar da ocorrência de tal facto, disso informar a ENTIDADE ADJUDICANTE, por forma a que esta fique habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 30.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a – Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 32.^a - Gestor do Contrato

1. A execução do presente Contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
2. O gestor de contrato tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 33.^a – Comunicações e notificações

1. As notificações, informações e comunicações a realizar ao abrigo do contrato devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre a ENTIDADE

ADJUDICANTE e a ADJUDICATÁRIA, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do CCP.

3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4 - As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a ENTIDADE ADJUDICANTE, efetuadas após as 17 (dezassete) horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.

Cláusula 34.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

Sem prejuízo das exceções constantes das alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, a ADJUDICATÁRIA não pode recorrer à subcontratação ou ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual, sem prévia autorização da ENTIDADE ADJUDICANTE.

Cláusula 35.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 36.^a – Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela lei portuguesa.

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO E DIFUSÃO
DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA**

Os serviços de colocação e difusão, em vários suportes, das peças publicitárias da campanha do *Ensino Profissional* objeto do Contrato devem respeitar, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

- A) Divulgação da campanha nos 3 (três) canais televisivos nacionais de sinal aberto e de grande audiência para o público-alvo da campanha objeto do Contrato de, pelo menos, 90 inserções, com uma duração de 20” (vinte segundos), distribuídas pelos seguintes canais:
- RTP;
 - SIC;
 - TVI;
- B) Divulgação em rádios de âmbito nacional de, pelo menos, 360 inserções com uma duração de 20”, devendo garantir-se a seguinte distribuição mínima por rádio (o restante será distribuído do modo proposto pelo concorrente):
- Rádio Comercial – pelo menos 60 inserções;
 - Rádio RFM – pelo menos 60 inserções;
 - Rádio M80 – pelo menos 60 inserções;
 - Rádio Cidade FM – pelo menos 60 inserções;
 - Rádio Mega Hits – pelo menos 60 inserções.
- C) Divulgação em rádios de âmbito regional de, pelo menos, 4560 inserções com uma duração de 20”, devendo garantir-se um mínimo de 100 inserções em cada uma das seguintes emissoras (o restante será distribuído do modo proposto pelo concorrente):
- Rádio Antena Minho
 - Rádio Barcelos
 - Rádio Alto Minho
 - Rádio Valdevez
 - Rádio Brigantia
 - Rádio Terra Quente
 - Rádio Voz do Marão
 - Chaves FM

- Rádio Terra Nova
- Rádio Botaréu
- RCI Emissora Reg
- Rádio Clube Lamego
- RCS
- Rádio F
- Rádio Regional do Centro
- Rádio Beira Litoral
- Rádio Clube de Mafra
- Urbana FM
- 94 FM
- Mais Oeste Radio
- Rádio Lis FM
- RCA Ribatejo
- Rádio Portalegre
- Rádio Elvas
- Rádio Azul
- RDS Seixal
- Rádio Diana
- Rádio Despertar
- Rádio Pax
- Rádio Planície
- Rádio Fóia
- Rádio Gilão
- Rádio Record FM
- Rádio Orbital
- Rádio Nova
- Rádio no Ar
- Rádio Atlântida
- Rádio Clube de Angra
- Posto Emissor do Funchal
- Radio Clube da Madeira

D) Divulgação na imprensa nacional, de pelo menos 6 inserções, em formato “*Junior Page*”, localização “*Ímpar AC*”, a cor, de acordo com a seguinte distribuição:

- Correio da Manhã – 2 inserções;
- Jornal de Notícias – 2 inserções;
- Jornal o Público – 2 inserções.

E) Divulgação na imprensa regional de pelo menos 46 inserções, em formato “ $\frac{1}{2}$ Página” a cor, de acordo com a seguinte distribuição:

- Diário de Aveiro – 2 inserções;
- Diário do Alentejo – 2 inserções;
- Diário do Minho – 2 inserções;
- Mensageiro de Bragança – 2 inserções;
- Jornal do Fundão – 2 inserções;
- Diário de Coimbra – 2 inserções;
- Diário do Sul – 2 inserções;
- Barlavento – 2 inserções;
- Jornal do Algarve – 2 inserções;
- Terras da Beira – 2 inserções;
- Região de Leiria – 2 inserções;
- Badaladas – 2 inserções;
- Alto Alentejo – 2 inserções;
- O Gaiense – 2 inserções;
- Mirante – 2 inserções;
- Setubalense – 2 inserções;
- Aurora Lima – 2 inserções;
- Voz de Trás-os-Montes – 2 inserções;
- Diário de Viseu – 2 inserções;
- Douro Hoje – 2 inserções;
- Jornal da Madeira – 2 inserções;
- Diário Insular – 2 inserções;
- Correio dos Açores – 2 inserções.

F) divulgação na internet em sítios de grande audiência - com possibilidade de inserção de anúncios nos diferentes formatos dos diferentes sítios da internet, de acordo com as seguintes características:

- Rede Cofina: pelo menos 1000000 impressões, em formato “Mrec” e localização “RON”;
- Rede MCD: pelo menos 1000000 impressões, em formato “Mrec” e localização “RON”;
- Rede Sapo: pelo menos 1000000 impressões, em formato “Mrec” e localização “RON”;
- Diário de Aveiro, em formato “Coluna Lateral”;
- Diário do Alentejo, em formato “Banner”;
- Diário do Minho, em formato “Rectangle”;
- Mensageiro de Bragança, em formato “Banner”;
- Jornal do Fundão, em formato “Mrec”;
- Diário As Beiras, em formato “Mrec”;
- Diário do Sul, em formato “Mrec”;
- Barlavento, em formato “Halfpage”;
- Interior, em formato “Halfpage”;
- Região de Leiria, em formato “Halfpage”;
- Voz Ribatejana, em formato “Banner”;
- Alto Alentejo, em formato “Halfpage”;
- Maia Hoje, em formato “Banner”;
- Mirante, em formato “Halfpage”;
- Setubalense, em formato “Halfpage”;
- Alto Minho, em formato “Banner”;
- Notícias de Vila Real, em formato “Mrec”;
- Jornal do Centro, em formato “Banner”;
- Jornal da Madeira, em formato “Mrec”;
- Correio dos Açores, em formato “Mrec”.

G) Divulgação da campanha nas *redes sociais*, direcionada para o público-alvo privilegiado - segmentação do seguinte grupo-alvo: nível académico – 3.º ciclo do nível básico (9.º ano); localização - Portugal Continental; faixa etária – dos 13 aos 16 anos) de, pelo menos, 457500 inserções, de acordo com as seguintes características:

- Plataforma Youtube, em formato “In True”, e localização “View”;
- Plataforma Spotify, em formato “Banner e Audio”, e localização “Capping 3”;
- Plataforma Facebook, através de “Post Promovido”, e localização “Feed”;
- Plataforma Instagram, através de “Post Promovido”, e localização “Feed”.

- H) Divulgação da campanha através de publicidade na rede de *mupis* e/ou ATM (OOH = *out-of-home advertisement*) a nível nacional de, pelo menos, 933 inserções.

ANEXO II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA E PÚBLICO-ALVO

- Os objetivos estratégicos desta campanha são:
 - I. Promover e comunicar a oferta do ensino profissional:
 - a) valorizando todas as modalidades educativas e formativas com dupla certificação (escolar e profissional);
 - b) demonstrando a relevância atual do ensino profissional;
 - c) posicionando o ensino profissional nas primeiras opções dos jovens, quando escolhem o percurso de nível secundário de educação;
 - II. Valorizar o ensino profissional enquanto opção igualmente válida para os jovens que terminam o 9º ano (13-15 anos) e que estão na fase de decisão do seu percurso académico e profissional;
 - III. Comunicar com pais destes jovens no sentido de reconhecerem a relevância atual do ensino profissional apoiando e incentivando os seus filhos caso queiram optar por esta via;
 - IV. Ressaltar que os cursos são válidos independentemente da perspetiva futura do aluno (prosseguir estudos ou ingressar no mercado de trabalho), promovendo o sucesso escolar e profissional dos jovens.
- A Campanha pretende atingir os seguintes públicos-alvo:
 - a) Alvo principal: Adultos 35-54 anos - pais/ encarregados de educação
 - b) Jovens do 3º ciclo do Ensino Básico (13 -16 anos)

Alvo de Avaliação de Media: Adultos